



Araçariquama, 17 de agosto de 2021.

Ofício nº 194/2021 – GP

Senhor Presidente,

Tenho a honra de informar a Vossa Excelência, que foi sancionado:

• **LEI Nº 923 DE 17 DE AGOSTO DE 2021**

“Dispõe sobre acréscimos e alterações da Lei nº 887, de 13 de maio de 2020, que cria o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência – CMPD e o Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência – FUMPED no Município de Araçariquama, e dá outras providências”.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para apresentar meus cordiais cumprimentos.


RODRIGO DE ANDRADE
Prefeito Municipal de Araçariquama

Ao Excelentíssimo Senhor
PAULO HENRIQUE SANCHES VOLCOV
DD. Presidente da Câmara de Araçariquama

C. M. ARAÇARIGUAMA - SP
PROTOCOLO N.º 485/2021
EM 18 08 2021
HORA: 08:50 h
ASS: [assinatura]
Guimar Lucas Rodrigues
Assistente Legislativo



LEI N° 923 DE 17 DE AGOSTO DE 2021
AUTÓGRAFO N.° 1102, DE 10 DE AGOSTO DE 2021.
PROJETO DE LEI N.° 08/2021

“Dispõe sobre acréscimos e alterações da Lei n° 887, de 13 de maio de 2020, que cria o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência – CMPD e o Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência – FUMPED no Município de Araçariгуama, e dá outras providências”.

RODRIGO DE ANDRADE, Prefeito do Município de Araçariгуama, localizada no Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que Câmara Municipal aprovou e que ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1° A Lei n° 887, de 13 de maio de 2020, passa a vigorar com os seguintes acréscimos e alterações:

“Art. 6° O Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência terá uma composição paritária formada por doze membros, sendo:

I - seis membros representantes do poder público por meio das seguintes secretarias municipais:

(...);

f) Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos.

II - seis membros representantes da sociedade civil organizada.

..... (NR)

Art. 7° As organizações sociais serão escolhidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, as quais indicarão seus representantes.

61



Parágrafo único. Na ausência de organizações sociais para compor a representação da sociedade civil, fica facultado à participação de representantes por tipo de deficiência, indicados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

..... (NR)

Art. 8º (...).

§ 1º O mandato dos conselheiros será de dois anos, admitindo-se a recondução.

(...);

§ 3º A nomeação e posse dos conselheiros serão feitas mediante decreto expedido pelo Chefe do Poder Executivo.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Araçariguama, 17 de agosto de 2021.

RODRIGO DE ANDRADE

Prefeito Municipal de Araçariguama

Publicado e registrado no Gabinete do Prefeito, na data supra

FRANCISCANO RODRIGUES DE SOUSA
Secretário de Governo

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAÇARIGUAMA